

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO DE SERGIPE

PRODETUR NACIONAL - SE



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

DO ESTADO DE SERGIPE

BRUNO SEIDLER

Consultor do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

ÍNDICE

<i>Siglas e Abreviaturas</i>	<i>04</i>
<i>1 - Apresentação</i>	<i>05</i>
<i>2 – Gestão Orçamentária</i>	<i>07</i>
<i>2.1 – Receitas</i>	<i>07</i>
<i>2.2 – Despesas</i>	<i>08</i>
<i>2.3 – Superávit/Déficit Orçamentário</i>	<i>10</i>
<i>2.4 – Poupança Corrente</i>	<i>10</i>
<i>2.5 – Poupança Líquida</i>	<i>10</i>
<i>3 – Gestão Patrimonial</i>	<i>11</i>
<i>4 – Limites Legais Fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para Endividamento</i>	<i>12</i>
<i>4.1 – Limite das Despesas com Pessoal</i>	<i>14</i>
<i>4.2 – Operações de Crédito</i>	<i>15</i>
<i>4.3 – Dívida Consolidada</i>	<i>16</i>
<i>4.4 – Comprometimento Anual com o Pagamento da Dívida Consolidada</i>	<i>16</i>
<i>4.5 – Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE</i>	<i>17</i>
<i>4.6 – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde</i>	<i>17</i>
<i>4.7 – Resumo dos Limites Legais e Constitucionais</i>	<i>18</i>
<i>5 – Programa de Reestruturação e Ajustes Fiscal do Estado de Sergipe</i>	<i>17</i>
<i>6 – Projeções da Situação Fiscal do Estado de Sergipe</i>	<i>22</i>
<i>7 – Conclusões quanto à Viabilidade Financeira do Programa</i>	<i>24</i>

ANEXOS

ANEXO I – Demonstração da Execução Orçamentária, da Poupança Corrente, da Poupança Líquida e do Resultado Primário do Estado de Sergipe – 2007/2011 – Preços Correntes

ANEXO II – Demonstração da Execução Orçamentária, da Poupança Corrente, da Poupança Líquida e do Resultado Primário do Estado de Sergipe – 2007/2011 – Preços Constantes

ANEXO III – Balanço Patrimonial Consolidado do Estado de Sergipe - 2007/2011 – Preços Correntes

ANEXO IV – Balanço Patrimonial Consolidado do Estado de Sergipe - 2007/2011 – Preços Correntes

ANEXO V – Projeção das Receitas, das Despesas, da Poupança Corrente, da Poupança Líquida e do Resultado Primário do Estado de Sergipe – 2012/2021 – Sem considerar o Financiamento do BID

ANEXO VI – Projeção das Receitas, das Despesas, da Poupança Corrente, da Poupança Líquida e do Resultado Primário do Estado de Sergipe – 2012/2021 – Considerando o Financiamento do BID

ANEXO VII – Cronograma de Desembolso e de Amortização – em dólares

ANEXO VIII – Cronograma de Desembolso e de Amortização – em reais

ANEXO IX – Estimativa do Crescimento do PIB do Estado de Sergipe

SIGLAS E ABREVIATURAS

ART - Artigo
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEF - Caixa Econômica Federal
CF - Constituição Federal
CMN - Conselho Monetário Nacional
COFIE - Comissão de Financiamentos Externos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
DCL - Dívida Consolidada Líquida
DEC - Decreto
DP - Despesa com Pessoal
FPE - Fundo de Participação dos Estados
ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
LC - Lei Complementar
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei do Orçamento Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MAE - Montante de Amortização e Encargos
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEFP - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
MP - Medida Provisória
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OC – Operação de Crédito
SE – Estado de Sergipe
PAF – Programa de Reestruturação e Ajuste fiscal do Estado
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PPA - Plano Plurianual
PRT - Portaria
RCL - Receita Corrente Líquida
RGF - Relatório de Gestão Fiscal
RLR - Receita Líquida Real
RREO - Relatório Resumido de Execução Orçamentária
RSF - Resolução do Senado Federal
SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais do MPOG
SEFAZ – Secretaria da Fazenda
SEPLAG – Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão
SERGIPEPREVIDÊNCIA – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe
SF - Senado Federal
SISTN - Sistema de Coleta de Dados Contábeis
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
UNIÃO - República Federativa do Brasil

1. APRESENTAÇÃO

SERGIPE



Sergipe, o menor Estado brasileiro, fica localizado no leste da região Nordeste, fazendo fronteira a Leste, com o Oceano Atlântico, a Noroeste com Alagoas, ao Sul e Oeste com a Bahia.

Este compacto Estado, com 21.994 Km² e uma população de 1,5 milhão de habitantes, distribuídos em 75 municípios – entre os quais destacam-se Aracaju, Lagarto, Itabaiana e Estância - sem concentrações em vazios demográficos em todo seu território, já conquistou indicadores e condições que lhe dão uma posição singular como opção de investimento no Nordeste.

Sua economia se baseia no extrativismo (petróleo e gás natural), na agricultura (laranja, cana-de-açúcar, coco) e na pecuária.

Em 1575, os jesuítas tentaram colonizar as terras sergipanas, mas apenas em 1590 os indígenas foram derrotados definitivamente por Cristóvão de Barros, fundador do forte e do arraial de São Cristóvão.

Entre 1637 e 1645, Sergipe esteve sob o domínio dos holandeses, período no qual sua economia foi bastante prejudicada. Com a recuperação das terras pelos portugueses, desenvolveu-se a cultura canavieira e a criação de gado.

Em 1820, tornou-se uma capitania autônoma, desmembrada da Bahia. As plantações de algodão passaram a ter importante papel na economia deste período.

Em 1855, a capital foi transferida de São Cristóvão para o arraial de Aracaju.

Na segunda metade do século 19, Tobias Barreto e Sílvia Romero projetaram Sergipe no panorama cultural do país. Na vida política, porém, ocorreram revoltas causadas pela interferência do governo central.

Sergipe desenvolveu e continua desenvolvendo ações para se tornar um dos polos mais procurados pelos turistas.

O turismo em Sergipe é ecológico: todas as ações, programas e equipamentos aproveitarão as belezas naturais (tão abundantes no Estado) sem qualquer agressão ao meio-ambiente, ao contrário, compondo-se com a natureza.

Os rios com seus estuários, desaguando no Atlântico, notadamente o rio São Francisco, além do Poxim, Real, Vaza Barris e Sergipe, com seus inigualáveis manguezais, são roteiro, cenário e meta do turismo ecológico em Sergipe. O rio São Francisco, o rio Real e o rio Sergipe são cortados por catamarãs em cinco diversificadas rotas.

O turismo ecológico já viaja de trem de Aracaju a São Cristóvão e, em breve, a Laranjeiras.

O turista que aporta hoje em Sergipe encontra estrutura perfeita para seu acolhimento. Uma hotelaria de primeira em Aracaju e em vários pontos do interior. O Aeroporto já tem a pista duplicada e ganhou ainda uma moderna estação de passageiros.

A Rodovia das Dunas ou Rodovia do Coco, no sentido sul, sempre pelo litoral, é uma bela opção Salvador-Aracaju pelas praias e a Rodovia Litorânea Norte, que parte da Barra dos Coqueiros e termina na foz do Rio São Francisco, na Ponta de Areia, dota o Estado de outra excelente alternativa de turismo litorâneo.

A Avaliação Orçamentária e Financeira do Estado de Sergipe tem como objetivo:

- i) avaliar se o Estado de Sergipe dispõe de limites, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF Nº 100/00), para tomar empréstimo no montante de US\$ 60 milhões, destinados a financiar parcialmente a execução do “Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe (PRODETUR NACIONAL SE)”.
- ii) verificar a capacidade de aportar os recursos da contrapartida necessários à execução do Programa (no montante de US\$ 40 milhões);
- iii) verificar as condições financeiras que garantam honrar os compromissos dos encargos financeiros decorrentes do empréstimo;
- iv) avaliar a capacidade do Estado para amortizar, na época oportuna, o principal do empréstimo que vier a ser contratado.

A análise tem por base um financiamento que o Estado pretende contratar junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 60.000.000,00, a ser desembolsado em 05 anos, de 2013 a 2017, conforme cronograma constante dos Anexos VII e VIII, cujo resumo é apresentado a seguir:

ÉPOCA DO DESEMBOLSO	VALOR EM US\$	PERCENTUAL
2013	3.360.000	5,60%
2014	8.800.000	14,67%
2015	15.890.000	26,48%
2016	18.650.000	31,09%
2017	13.300.000	22,16%
TOTAL	60.000.000	100%

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 Receitas

Tabela 01 – Receitas do Estado de Sergipe de 2007 a 2011
Preços Constantes – 2011

Em R\$ 1.000

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
RECEITAS CORRENTES	4.781.043	5.197.329	5.278.072	5.960.361	6.182.557
Receitas Tributárias	1.668.679	1.650.272	1.744.395	2.052.152	2.136.975
Receita Patrimonial	42.969	109.221	96.016	102.716	98.005
Receitas de Contribuições	285.779	289.002	339.774	396.426	361.331
Transferências Correntes	2.301.930	2.595.307	2.568.364	2.769.028	2.945.734
Outras Receitas	197.218	237.584	201.147	232.390	161.049
Receitas Intra-orçamentárias	284.469	315.944	328.376	407.649	479.463
RECEITAS DE CAPITAL	76.795	188.243	324.614	598.015	542.146
Operações de crédito	0	0	198.883	451.273	383.385
Alienação de bens	1.491	946	625	556	1.901
Amortização de Empréstimos	0	0	0	0	0
Outras receitas de Capital	75.305	187.297	125.106	146.186	156.860
RECEITA TOTAL	4.857.838	5.385.572	5.602.686	6.558.376	6.724.703

Fonte : **SEFAZ/SE**

Observação: No exercício de 2011 o Estado modificou a forma de contabilização das Transferências a Municípios, de tal forma que essas transferências passaram a ser contas retificadoras da Receita. Para possibilitar uma análise coerente, fiz as modificações necessárias neste exercício, tornando os números comparáveis entre si.

No período sob análise, a Receita Total teve um crescimento real da ordem de 38,43%. As Receitas Correntes, no mesmo período, cresceram em torno de 29,31%. Ou seja, o crescimento da receita, ao longo do período, foi em torno de **7,5% ao ano, em termos reais.**

Observando o crescimento das Receitas Tributárias – que dependem diretamente de ações do governo local – verifica-se que estas cresceram em torno de 28,06%, enquanto as Transferências Correntes cresceram 27,96%, demonstrando um crescimento muito próximo, em termos percentuais, das duas rubricas mais importantes das Receitas Correntes.

Cabe ressaltar ainda que se trata de um crescimento expressivo no item de Receitas Correntes do Estado.

A continuidade desse crescimento será extremamente salutar para as finanças do Estado.

Já as Receitas de Capital – com participação de 1,58%, 3,49%, 5,79%, 9,12% e 8,06% das Receitas Totais, nos exercícios analisados, dão conta de uma mudança na política de captação de recursos do Estado, no intuito de realizar os investimentos necessários.

Nos exercícios de 2007 e 2008 o Estado não utilizou nenhuma operação de crédito, mas a partir de 2009 ocorreu um aumento exponencial na busca de recursos advindo de empréstimos.

A rubrica Receitas de Capital teve um extraordinário crescimento da ordem de 606%, em termos reais, nos 5 exercícios analisados, e a participação dessa receita passou de 1,58% em 2007 para 8,06% da Receita Total em 2011.

2.2 – Despesas

Tabela 02 – Despesas do Estado de Sergipe de 2007 a 2011
Preços Constantes – 2011

Em R\$ 1.000

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
DESPESAS CORRENTES	4.155.701	4.486.095	5.122.047	5.830.893	6.063.423
Pessoal e Encargos	2.726.889	2.858.294	3.327.286	3.767.814	2.901.080
Juros e Encargos da Dívida	119.178	93.421	90.342	111.766	121.735
Outras Despesas de Custeio	793.950	1.003.049	1.148.355	1.282.700	2.458.594
Transferências a Municípios	515.684	531.332	556.065	668.613	582.013
DESPESAS DE CAPITAL	364.791	572.276	632.060	782.832	649.519
Investimentos	178.253	286.709	299.713	552.651	428.903
Inversões financeiras	20.346	123.778	191.206	106.343	54.104
Amortizações da Dívida	166.192	161.789	141.141	123.838	166.512
DESPESA TOTAL	4.520.492	5.058.371	5.754.107	6.613.725	6.712.942

Fonte : SEFAZ/SE

Na análise da Tabela 02, verifica-se que as Despesas Totais cresceram ao longo do período analisado, em termos reais, 48,48%. As Despesas Correntes, por sua vez, cresceram 45,90%.

Quando observamos as Despesas de Capital, verificamos que no período houve um crescimento da ordem de 78,05%, bem acima do crescimento das Despesas Correntes. Isso denota que o Estado tem buscado aumentar o seu nível de investimento acima do crescimento de suas despesas de custeio. No entanto, é importante ressaltar que ambas as despesas cresceram acima do aumento da receita no mesmo período.

Outro aspecto a considerar é que ainda acontece uma grande concentração nos gastos com custeio do Estado.

Em 2011, as Despesas de Custeio representaram 90,32% das Despesas Totais, enquanto as Despesas de Capital representaram apenas 9,68%.

**Tabela 03 – Composição das Despesas Orçamentárias do Estado de Sergipe
2007/2011**

Preços Constantes – 2011

Em R\$ 1.000

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
DESPESAS CORRENTES	4.155.701	4.486.095	5.122.047	5.830.893	6.063.423
DESPESAS DE CAPITAL	364.791	572.276	632.060	782.832	649.519
DESPESA TOTAL	4.520.492	5.058.371	5.754.107	6.613.725	6.712.942
% DESPESAS CORRENTES	91,93%	88,68%	89,02%	88,16%	90,32%
% DESPESAS DE CAPITAL	8,07%	11,32%	10,98%	11,84%	9,68%

Fonte : SEFAZ/SE

A Tabela 03 demonstra os aspectos abordados anteriormente de uma forma mais clara. Verifica-se um aumento na proporção das Despesas de Capital, entre 2007 e 2010, com pequena queda no exercício de 2011. Evidentemente, com relação às Despesas Correntes ocorre o efeito contrário.

N tabela 04 abaixo, verifica-se que o Estado passou de superávits significativos em 2007 e 2008, para déficits em 2009 e 2010, passando a um equilíbrio orçamentário em 2011.

Entendo que não é finalidade de um governo gerar elevados superávits, mas sim buscar uma política de execução orçamentária equilibrada, visando proporcionar a maior quantidade e qualidade de benefícios para a população.

Por outro lado, como já comentei anteriormente, apesar das receitas terem crescido acima do PIB, as despesas cresceram mais ainda, não permitindo assim que, nos últimos anos, se gerassem recursos próprios para atender à demanda de novos investimentos, tendo sido buscado o crescimento dos investimentos através da obtenção de financiamentos.

Efetuei ainda uma análise detalhada dos demonstrativos contábeis do SERGIPEPREVIDÊNCIA – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe no mesmo período sob análise (2007 a 2011).

Em todo o período o Instituto apresentou déficits orçamentários, de forma que em nenhum momento os resultados do SERGIPEPREVIDÊNCIA elevaram os resultados(superávits) do Estado, o que realmente traria uma distorção nos referidos resultados, criando uma situação superavitária artificial para o Estado.

2.3 – Superávit/Déficit Orçamentário

Tabela 04 – Resultado Orçamentário do Estado de Sergipe de 2007 a 2011

Preços Constantes – 2011

Em R\$ 1.000

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
RECEITA TOTAL	4.857.838	5.385.572	5.602.686	6.558.376	6.724.703
RECEITAS CORRENTES	4.781.043	5.197.329	5.278.072	5.960.361	6.182.557
RECEITAS DE CAPITAL	76.795	188.243	324.614	598.015	542.146
DESPESA TOTAL	4.520.492	5.058.371	5.754.107	6.613.725	6.712.942
DESPESAS CORRENTES	4.155.701	4.486.095	5.122.047	5.830.893	6.063.423
DESPESAS DE CAPITAL	364.791	572.276	632.060	782.832	649.519
SUPERÁVIT/DÉFICIT	337.346	327.201	(151.421)	(55.349)	11.761

Fonte : SEFAZ/SE

2.4 – Poupança Corrente

Tabela 05 – Poupança Corrente do Estado de Sergipe de 2007 a 2011

Preços Constantes – 2011

3. Em R\$ 1.000

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
RECEITAS CORRENTES	4.781.043	5.197.329	5.278.072	5.960.361	6.182.557
DESPESAS CORRENTES	4.155.701	4.486.095	5.122.047	5.830.893	6.063.423
POUPANÇA CORRENTE	625.342	711.234	156.025	129.468	119.134

Fonte : SEFAZ/SE

Quando se analisa a execução orçamentária de um ente, sempre há a expectativa de que nem todos os recursos arrecadados sejam gastos no custeio da máquina administrativa(Despesas Correntes). O Estado de Sergipe vinha gerando poupança considerável nos anos de 2007 e 2008, sendo que depois disso houve uma queda acentuada.

Isso ocorreu principalmente pelo acentuado aumentos das Outras Despesas Correntes, fato que tem sido ressaltado na análise da STN, por ocasião da revisão dos Programas de Ajuste Fiscal, sendo que uma das metas do Estado é de reduzir esse tipo de despesa, o que trará o retorno de uma melhora na poupança.

2.5 – Poupança Líquida

Tabela 06 – Poupança Líquida do Estado de Sergipe de 2007 a 2011

Preços Constantes – 2011

Em R\$ 1.000

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
RECEITAS CORRENTES	4.781.043	5.197.329	5.278.072	5.960.361	6.182.557
DESPESAS CORRENTES	4.155.701	4.486.095	5.122.047	5.830.893	6.063.423
(-) Amortizações da Dívida	166.192	161.789	141.141	123.838	166.512
POUPANÇA LÍQUIDA	459.150	549.445	14.884	5.629	-47.378

Fonte : SEFAZ/SE

Para a Poupança Líquida, são válidos os mesmos comentários apresentados no item acima – Poupança Corrente.

Com as medidas que estão sendo implementadas – inclusive por força do acordado no Programa de Ajuste Fiscal – PAF, com a Secretaria do Tesouro Nacional, também a poupança líquida deve voltar apresentar melhores resultados, o que pode ser visto nos Anexos V e VI que apresenta a projeção para a execução orçamentária dos próximos exercícios.

3 – GESTÃO PATRIMONIAL

Tabela 07 –Balanço Patrimonial do Estado de Sergipe de 2007 a 2011
Preços Constantes – 2011

Em R\$ 1.000

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
ATIVO FINANCEIRO	693.093	927.382	708.836	628.574	715.413
ATIVO PERMANENTE	2.416.482	2.239.545	2.460.389	2.688.305	2.856.172
ATIVO TOTAL	3.109.575	3.166.927	3.169.225	3.316.879	3.571.585
PASSIVO FINANCEIRO	94.889	131.014	68.425	57.726	163.186
PASSIVO PERMANENTE	2.310.617	1.755.882	1.830.622	2.239.582	2.842.326
PASSIVO TOTAL	2.405.506	1.886.896	1.899.046	2.297.308	3.005.512
SALDO PATRIMONIAL	704.068	1.280.031	1.270.179	1.019.571	566.074

Fonte : SEFAZ/SE

O Estado de Sergipe, de um modo geral, apresenta uma situação patrimonial bastante sólida. Seu Ativo Financeiro, em preços constantes, manteve-se praticamente estável ao longo de todo o período analisado. Já o Ativo Permanente teve um crescimento real acima de 18% durante esse período.

Quanto ao Passivo Financeiro – que corresponde a valores que são exigíveis no curto prazo – seu valor é pequeno, e o que é significativo, muito menor que o Ativo Financeiro, onde se encontram os valores disponíveis a curto prazo. A rubrica Restos a Pagar, que muitas vezes traz preocupações, manteve um valor pouco significativo ao longo de todo o período.

A Dívida Fundada do Estado tem se mantido estável ao longo de todo o período, e se concentra, até o exercício de 2011, praticamente em Operações de Crédito Internas.

A partir de 2012 o Estado passou a buscar um volume maior de Operações de Crédito Externo. Mas seu nível de endividamento é bastante baixo, o que permite – e até é recomendado – buscar recursos de financiamentos para realizar seus investimentos, e dentro destes, a busca de recursos externos se mostra favorável, pois tem sido mais atraente nos últimos anos.

Os comentários a respeito do SERGIPEPREVIDÊNCIA – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe estão no capítulo 2.2, onde fica claro que por ser altamente deficitário, o Instituto não altera a situação Patrimonial e Financeira do Estado de forma positiva.

Por fim, cabe registrar que o Saldo Patrimonial do Estado é POSITIVO e ESTÁVEL, ao longo do período analisado, de forma que pode ser afirmado que a Gestão Patrimonial do Estado tem produzido resultados positivos e sólidos.

4 – LIMITES LEGAIS FIXADOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA ENDIVIDAMENTO

A CF determina que compete, privativamente, ao SF, fixar os seguintes limites, os quais devem ser observados pelos Estados e Municípios, para a realização de operações de crédito externo ou interno:

- a) Limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) Limites globais e condições para operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal;
- c) Limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- d) Limites e condições para a concessão de garantia da União, em operações de crédito externo e interno.

A CF determina ainda, a vedação de realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital. Neste caso são admitidas ressalvas, desde que, autorizadas, mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta.

As determinações estabelecidas nos artigos N° 52 e N° 167 da CF, que tratam de limites e de vedações, para efeito de contratação de operações de crédito, estão regulamentadas pela Lei N° 101/00 (LRF) e pelas RSF N° 96/89, N° 40/01, N° 43/01 e N° 03/02.

Anteriormente à LRF, a Administração Pública Brasileira estava subordinada apenas à Lei 4.320/64, que continua vigente. Esta lei teve o grande mérito de estabelecer as normas gerais para elaboração, controle e execução dos orçamentos e dos balanços para os três níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal. Já a LRF, ao regulamentar os artigos da CF, nos aspectos referentes à Tributação, Orçamento e às normas gerais de Finanças Públicas, estabelece, no art. 1º, as “normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”.

Com o objetivo de punir o não cumprimento das disposições da LRF, foi aprovada a Lei N.º 10.028, de 19.10.2000, que introduziu mudanças no Código Penal Brasileiro, alterando artigos e acrescentando novos. A partir da edição desta lei, os detentores de cargos públicos que, no exercício de suas funções, praticarem atos de improbidade administrativa, serão punidos criminalmente. A Lei 10.028/00 criou a figura dos “Crimes Contra as Finanças Públicas”. O Artigo 359-A, que foi introduzido no Código Penal, por exemplo, estabelece que, quem:

“Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa, está sujeito a”:

“Pena - reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos.”

E o Parágrafo único do referido artigo 359-A, estabelece que: “incide na mesma pena quem ordena, autoriza ou realiza operação de crédito interno ou externo”, nas seguintes condições:

“I – com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal;”

“II – quando o montante da dívida consolidada ultrapassar o limite máximo autorizado por lei”.

A LRF, no art. 19, estabelece, também, limites para despesas com pessoal, em cada ente da Federação, como percentual da Receita Corrente Líquida (RCL).

Em dezembro de 2001, o SF editou a RSF N.º 43/01, já referida no parágrafo 4.1.3, a qual adotou o novo conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), definido pela LRF. Este novo conceito difere do utilizado anteriormente pela RSF N.º 78/98, que tratava de Receita Líquida Real (RLR). A definição de RCL estabelecida no art. 4º da RSF N.º 43/01, é a seguinte: *“RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: no caso dos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; nos Estados e Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da CF; a RCL é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 meses anteriores, excluídas as duplicidades”.*

A RSF N.º 43/01 fixa, com base na CF e na LRF, os seguintes limites a serem observados pelos Estados e Municípios, quando da contratação de operações de crédito interno e externo:

I – vedação de realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, fixadas na Lei Orçamentária Anual, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta (Art. 6º da RSF N.º 43/01).

II – O montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da RCL (Art. 7º inciso I da RSF N.º 43/01).

III – O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativa a valores a desembolsar, de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da RCL (Art. 7º inciso II da RSF N.º 43/01).

IV – O montante da dívida consolidada não poderá exceder o teto estabelecido pelo SF, conforme o disposto pela Resolução que fixa o limite global para o montante da dívida consolidada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ² (Art. 7º inciso III da RSF N.º 43/01).

Considerando os valores de Receita e Despesa constantes dos Balanços Gerais do Estado de Sergipe, referentes aos exercícios de 2007 a 2011 e os Relatórios de Gestão fiscal (RGF) e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do mesmo período, foram calculados os limites apresentados nas tabelas a seguir apresentadas.

Antes, porém, devem ser esclarecidos os conceitos de:

- i) **Dívida Pública Consolidada** - é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos pelo Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze (12) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a doze (12) meses, tenham constado como receita no orçamento;
- ii) **Dívida Pública Mobiliária** - é a dívida pública representada por títulos (bonus) emitidos pelo Estado;
- iii) **Dívida Consolidada Líquida** - é a Dívida Pública Consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais ativos financeiros;
- iv) **Dívida Fundada Interna** - é a Dívida Pública Consolidada, decorrente de obrigações internas (doméstica);
- v) **Dívida Fundada Externa** - é a Dívida Pública Consolidada decorrente de obrigações externas (fora do país).

4.1 - Limite das Despesas com pessoal

Os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para o Estado de Sergipe são os seguintes, de acordo com o artigo 20 da referida lei :

² A RSF N.º 40, estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal, não poderá exceder a 2 vezes a RCL. Considera dívida líquida consolidada igual à dívida pública consolidada, deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

**Tabela 08 – Limite das Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida
Estado de Sergipe**

<i>Poderes</i>	<i>Limite Máximo</i>	<i>Limite Prudencial (2)</i>
Executivo	49,00%	46,55%
Legislativo (1)	3,00%	2,85%
Judiciário	6,00%	5,70%
Ministério Público	2,00%	1,90%
TOTAL	60%	57%

(1) Inclui as despesas do Tribunal de Contas do Estado

(2) Corresponde a 95% do Limite Máximo

**Tabela 09 – Despesas com Pessoal - Estado de Sergipe
2007 a 2011**

						Em %
Poderes	Limite Máximo	2007	2008	2009	2010	2011
Executivo	49,00	42,92	40,20	45,50	45,30	46,76
Legislativo	3,00	4,35	3,02	3,24	2,72	2,89
Judiciário	6,00	4,81	4,31	4,89	4,62	4,93
Ministério Público	2,00	1,94	1,58	1,59	1,50	1,62
TOTAL	60,00	54,02	49,11	55,22	54,14	56,20

Fonte : **Certidão do Tribunal de Contas do Estado**

Pela Tabela 09 acima podemos verificar que, de forma consolidada, o Estado vem cumprindo com folga o limite de gastos com pessoal.

O poder legislativo é que está mais próximo do limite, mas controlar esses gastos apresenta uma grande dificuldade, tendo em vista a independência dos poderes.

4.2 - Operações de Crédito

**Tabela 10 – Operações de Crédito - Estado de Sergipe
2007 a 2011**

						Em R\$ 1.000
Itens	Limite Máximo	2007	2008	2009	2010	2011
Operações de Crédito (OC)	-	-	-	170.862	409.318	377.385
Receita Corrente Líquida (RCL)	-	3.102.889	3.799.764	3.934.265	4.629.387	4.905.588
OC/RCL	16%	-	-	4,34%	8,84%	7,69%

Fonte : **SEFAZ/SE**

Verifica-se, observando a Tabela 10, que o Estado de Sergipe saiu de uma situação de não utilização de Operações de Crédito, para um volume até significativo em 2011, mas ainda assim em volume bem abaixo do limite estabelecido pela Resolução nº 43/01, do Senado Federal.

4.3 - Dívida Consolidada

**Tabela 11 – Dívida Consolidada Líquida - Estado de Sergipe
2007 a 2011**

Em R\$ 1.000

Itens	Limite Máximo	2007	2008	2009	2010	2011
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	1.312.718	829.759	1.048.669	1.541.388	2.267.726
Receita Corrente Líquida (RCL)	-	3.102.889	3.799.764	3.934.265	4.629.387	4.905.588
DCL/RCL	200%	42,31%	21,84%	26,65%	33,30%	46,23%

Fonte : SEFAZ/SE

A Dívida Consolidada Líquida do Estado tem se apresentado em valores muito abaixo do limite estabelecido pelas Resoluções nºs 40/01 e 43/01 do Senado Federal.

O limite da dívida, para Estados que pactuaram com a União o Programa de Ajuste Fiscal (PAF), que será abordado mais adiante, é diferente, mas podemos afirmar, de antemão, que o Estado de Sergipe não só cumpre os limites, como tem uma boa margem para novos endividamentos.

4.4 - Comprometimento anual com o pagamento da Dívida Consolidada

A seguir é apresentada a Tabela com o Montante Anual das Amortizações.

Tabela 12 – Montante Anual de Amortização e Encargos da Dívida - Estado de Sergipe

2007 a 2011

Em R\$ 1.000

Itens	Limite Máximo	2007	2008	2009	2010	2011
Montante de Amortizações e Encargos(MAE)	-	216.534	215.385	198.868	213.700	283.736
Receita Corrente Líquida (RCL)	-	3.102.889	3.799.764	3.934.265	4.629.387	4.905.588
MAE/RCL	11,5%	6,98%	5,67%	5,05%	4,62%	5,78%

Fonte : SEFAZ/SE

O montante dispendido pelo Estado de Sergipe, anualmente, a título de Amortizações e Encargos da Dívida, situa-se bem abaixo do limite estabelecido pela Resolução nº 43/01, do Senado Federal.

4.5 - Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

**Tabela 13 – Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Estado de Sergipe - 2007 a 2011**

						Em %
Item	Limite Mínimo	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos com Educação	25%	26,37	25,64	27,25	28,45	27,51

Fonte : SEFAZ/SE

A aplicação do limite mínimo de Gastos com Educação, em cumprimento ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal, é condição essencial para a obtenção do aval da União em Operações de Crédito Externo.

Como pode ser observado na tabela 13 acima, o Estado de Sergipe atendeu a esse dispositivo, integralmente, em todos os exercícios sob exame.

4.6 - Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Tabela 14 – Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estado de Sergipe - 2007 a 2011

						Em %
Item	Limite Mínimo	2007	2008	2009	2010	2011
Gastos com Saúde	12	12,01	12,39	12,06	12,24	12,79

Fonte : SEFAZ/SE

A aplicação do limite mínimo de Gastos com Saúde, em cumprimento ao disposto no artigo 198 da Constituição Federal, é condição essencial para a obtenção do aval da União em Operações de Crédito Externo.

Como pode ser observado na tabela 14 acima, o Estado de Sergipe atendeu a esse dispositivo, integralmente, em todos os exercícios sob exame.

4.7 - Resumo dos Limites Legais e Constitucionais

Na tabela 15, abaixo, apresentamos um resumo contendo o resultado obtido pelo Estado de Sergipe no cumprimento dos limites Legais e Constitucionais exigidos para que obtenha autorização para contratar uma operação de crédito externo, bem como a concessão de aval por parte da União.

Na referida tabela, verifica-se, com toda a clareza, que o Estado de Sergipe, ao longo do período examinado (2007 a 2011) cumpriu todos os limites.

**Tabela 15 – Resumo dos Limites - Estado de Sergipe
2007 a 2011**

						Em %
LIMITE E NORMA LEGAL	Limite Máximo/ Mínimo	2007	2008	2009	2010	2011
GASTOS COM PESSOAL(Art. 20 da LRF)	60% MAX.	54,02	49,11	55,22	54,14	56,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO(Art. 7º,RSF nº 43/01)	16% MAX.	-	-	4,34	8,84	7,69
DÍVIDA(Art. 7º, RSF 43/01 e Art.3º, RSF 40/01)	200% MAX.	42,31	21,84	26,65	33,30	46,23
GASTOS COM A DÍVIDA(Art.7º, RSF 43/01)	11,5% MAX.	6,98	5,67	5,05	4,62	5,78
GASTOS COM EDUCAÇÃO(art. 198 da CF)	25% MIN.	26,37	25,64	27,25	28,45	27,51
GASTOS COM SAÚDE(art. 212 da CF)	12 MIN.	12,01	12,39	12,06	12,24	12,79

Fonte : SEFAZ/SE e Certidão do Tribunal de Contas do Estado

5 – PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO DE SERGIPE

Na década de 90, a situação financeira dos Estados Brasileiros, via de regra, era insustentável. Já haviam acontecido algumas tentativas de equacionar a situação, mediante o refinanciamento pontual da dívida de alguns Estados.

Diante dessa situação, em 11 de setembro de 1997 foi editada a Lei nº 9.496, pela qual era oferecida a oportunidade de uma ampla renegociação das dívidas dos Estados, condicionada à adesão de um Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

Surgia então o PAF – Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. Nesse contexto, o Estado de Sergipe assinou, em 27 de novembro de 1997, com a União e com a interveniência do Banco do Brasil, um Contrato de Confissão, Consolidação e Refinanciamento da Dívida do Estado (Contrato nº 005/97/STN/COAFI), ao amparo da referida Lei 9.496/97, da Resolução do Senado Federal nº 108/96 e de Lei Estadual.

O PAF, parte integrante do Contrato acima referido, prevê o estabelecimento de metas, que são revisadas anualmente, mediante negociação entre a STN e o Estado, culminando na assinatura de um novo documento de revisão.

Em 27 de outubro de 2011, o Estado de Sergipe assinou a 12ª. Revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Sergipe, em cumprimento ao disposto nas cláusulas décima quarta, décima quinta e décima sexta do referido Contrato, contemplando metas, compromissos e ações relativos ao período de 2011 a 2013.

As metas previstas nesse documento são as seguintes:

Meta 1 – Relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real – Esta meta estabelece que a Dívida Financeira Total do Estado não pode ser superior ao de sua Receita Líquida Real anual, enquanto o Estado não liquidar o refinanciamento. A consideração de operações de crédito a contratar, constantes da atual revisão, não significa anuência prévia da Secretaria do Tesouro Nacional, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

Meta 2 – Resultado Primário – tem como finalidade não ultrapassar os déficits primários conforme especificado no quadro abaixo. No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas, de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos.

Na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado se compromete a não gerar atrasos/deficiências em cada exercício do triênio.

R\$ milhões

ANO	2011	2012	2013
RESULTADO PRIMÁRIO	(206)	(334)	(35)

Meta 3 – Despesa com Funcionalismo Público – Limita as despesas com pessoal a 60% da Receita Corrente Líquida. Dentro do acordo, o Estado se compromete a manter as despesas nesses limites, apesar das projeções indicarem índices acima dessa meta.

Em %

ANO	2011	2012	2013
DESPESAS COM PESSOAL/RCL	60,00	60,00	60,00

Caso esses percentuais sejam ultrapassados, o Estado buscará os ajustes pertinentes nas demais despesas.

Meta 4 – Receitas de Arrecadação Própria

R\$ milhões

ANO	2011	2012	2013
RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	2.416	2.564	2.705

A Meta 4 do Programa é alcançar os montantes de receitas de arrecadação própria indicados acima.

Para tanto, o Estado se compromete a implementar diversas ações, todas voltadas ao aumento da arrecadação, entre as quais se destacam:

I – Melhoria na administração fiscal com particular esforço na arrecadação de ICMS e IPVA;

II – Levantamento dos débitos fiscais pendentes, discriminando a fase ou situação em que se encontra o processo;

III – Racionalização e atualização dos mecanismos de controle do sistema arrecadatório, bem como criação de instrumentos efetivos que busquem intensificar a fiscalização nas fronteiras e maior otimização do sistema de controle de arrecadação de tributos estaduais. Além disso, o Estado de Sergipe desenvolverá estudos contínuos acerca de arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica com o intuito de diagnosticar possíveis perdas de receita.

Meta 5 – Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos – Esta meta tem por objetivo alcançar os seguintes compromissos;

a) Instituir no âmbito do Poder Executivo Estadual, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Fazenda, Grupo de Trabalho denominado Grupo de Procedimentos Contábeis do Estado de Sergipe – GTCON/SE, com o fim de elaborar o planejamento estratégico e implementar medidas que possibilitem:

I – a adaptação da contabilidade pública estadual aos requerimentos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; e

II – a adoção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

b) Limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 39,52% em 2011, 37,40% em 2012 e 35,81% em 2013;

c) Manter em 2011 na Secretaria da Fazenda estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;

- d) Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes das Secretarias da Fazenda, do Planejamento e Administração e da Contabilidade Geral do Estado;
- e) Manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), na Caixa Econômica Federal, de acordo com os normativos vigentes;
- f) Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a Execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas;
- g) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e
- h) Não repassar no triênio 2011-2013 recursos para a SERGÁS (Empresa Sergipana de Gás), exceto se destinados a manter percentual de participação acionária do Estado; e
- i) Manter o sistema de Gestão de Patrimônio Móvel e Imóvel do Estado de Sergipe, que consiste numa solução logística e informatizada de gestão pública em plataforma Web, com fornecimento de Software e previsão para conclusão em 2011.

Meta 6 – Despesas de Investimentos – Esta meta consiste em limitar as despesas de investimentos aos percentuais da RLR abaixo indicados :

Em %

ANO	2011	2012	2013
DESPESAS DE INVESTIMENTOS/RCL	10,59	15,08	10,29

Em caso de uma eventual frustração nos resultados pactuados, o Estado buscará os ajustes pertinentes em suas despesas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.

Anualmente são realizadas revisões do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, sendo que já foram executadas as ações de 11 Programas de Ajuste fiscal (PAF) já avaliados pela STN, sendo que o último avaliado é o de 2010, que apresenta novas metas para o período de 2011 a 2013. Este é o Programa que está sendo objeto desta avaliação, tendo em vista que o relativo a 2011 ainda está sendo avaliado pela STN.

A seguir apresento um quadro demonstrando as metas programadas e o executado em 2010.

METAS	PREVISÃO PARA 2010	EXECUTADO 2010
Meta 1 – Dívida Financeira/RLR	1,00	0,48
Meta 2 – Resultado Primário	(R\$ 329 milhões)	(R\$ 312 milhões)
Meta 3 – Gastos com Pessoal/RCL	60%	60,08%
Meta 4 – Receitas Próprias	R\$ 2.170 milhões	R\$ 2.266 milhões
Meta 5 – Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos	9 itens, envolvendo vários temas	Somente não foi cumprida a redução das “Outras Despesas Correntes”
Meta 6 – Despesas com Investimentos/RLR	19,79%	14,09%

De acordo com a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional, em sua avaliação a respeito dos resultados do exercício de 2010, O Estado de Sergipe atendeu, de forma satisfatória, ao cumprimento das principais metas estabelecidas.

No documento “Avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional sobre a Situação Financeira do Estado de Sergipe” a STN se manifesta da seguinte forma : ***“ A avaliação da situação financeira do Estado demonstra a importância da continuidade do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas do Estado de forma a manter o equilíbrio das finanças públicas do Estado. A revisão do Programa prevê resultados primários negativos de R\$ 206 milhões em 2011, R\$ 334 milhões em 2012 e R\$ 35 milhões em 2013, que, somados com as fontes de financiamento, são suficientes para o Estado honrar os seus compromissos financeiros projetados, não gerando atrasos nos próximos três anos.”***

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe (PRODETUR NACIONAL - SE) já faz parte do Anexo V do Programa de Ajuste Fiscal desde sua 12ª.revisão (2011-2013) o que é condição ESSENCIAL para que a operação possa ser submetida à análise da Secretaria do Tesouro Nacional com vistas à obtenção de autorização para contratação da operação e do aval da União.

6 - PROJEÇÕES DA SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO DE SERGIPE

Foi efetuada uma projeção da situação fiscal do Estado de Sergipe para o período de 2012 a 2021, com o objetivo de avaliar a capacidade de pagamento do Estado em relação à Operação de Crédito que está negociando junto ao BID.

No **ANEXO V** foi feita a projeção *SEM CONSIDERAR A OPERAÇÃO DO BID*.

No **ANEXO VI** encontra-se a projeção *CONSIDERANDO A OPERAÇÃO DO BID*.

Considereei ainda que, diante da importância do Projeto, o mesmo seria executado pelo Estado também SEM o financiamento, de forma que no Anexo V o valor total do Projeto aparece como contrapartida do Estado, ao longo dos anos.

Os parâmetros utilizados na projeção foram os seguintes:

2012 – foram considerados os dados da Lei Orçamentária Anual, inclusive com as alterações ocorridas até a realização deste trabalho, **EXCETO** o valor relativo à Transferências de Capital, que no orçamento apresenta um valor muito maior - + de 3 vezes a média de anos anteriores – e mais de 5 vezes o valor executado até agosto/2012. Em decorrência, o mesmo valor subtraído dessa rubrica também foi subtraído da rubrica de Investimentos, pela interligação que tem ;

2013 – utilizados os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2013 – PLOA, ora em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado, tendo sido aplicada a mesma **EXCESSÃO** referida no exercício de 2012;

2014 em diante – Utilizei uma projeção CONSERVADORA, que me parece mais próxima da realidade e também é CAUTELOSA : considerei a projeção de crescimento do PIB do Estado (**ANEXO IX**). Apesar de que em todo o período analisado (2007 a 2011) ocorreu um crescimento maior do que o do PIB, entendo que a manutenção dessa situação por um período muito longo é de difícil execução. Considerei mais dois aspectos :

- a) Em 2015 há mudança de governo, o que sempre pode trazer alguma retração ou surpresa; e
- b) O crescimento acima do PIB, quando ocorreu, deu-se tanto nas Receitas como nas Despesas, de forma a pouco modificar o resultado do Exercício.

Em 2014 considerei valores mais elevados para Operações de Crédito, porque se inserem num momento do Estado, no qual o mesmo está fazendo um grande esforço para elevar os seus investimentos. Em decorrência, o valor dos Investimentos também está mais elevado, sendo que ambos os valores estão bem acima da média de anos anteriores. Como entendo que essa é uma situação difícil de manter ao longo de muitos anos, porque até comprometeria a capacidade de endividamento do Estado, efetuei uma **REDUÇÃO dessas verbas em 2015**, o que se refletiu nos anos seguintes, quando foram aplicados os índices de crescimento do PIB também nestas duas verbas.

Mesmo utilizando essa posição conservadora, verifica-se que o Estado apresenta uma situação superavitária ao longo de todo o período.

7 – CONCLUSÕES QUANTO A VIABILIDADE FINANCEIRA DO PROGRAMA

Com base em todos os dados coletados junto a diversos órgãos da Administração Estadual, que permitiram a elaboração dos quadros constantes dos Anexos I e II – Execução Orçamentária e Financeira do Estado, a preços correntes e a preços de 2011 – e considerando os 5 últimos exercícios – 2007 a 2011 – constatou-se que o Estado apresentou uma execução orçamentária equilibrada, com superávits significativos em alguns anos, déficits em dois exercícios – 2009 e 2010 – voltando a ter um equilíbrio em 2011.

Entendo que não é função do Estado gerar altos superávits e acumular recursos em caixa, mas otimizar o uso dos recursos disponíveis para produzir o máximo de benefícios a seus habitantes.

Por outro lado, também não é função do Estado gerar grandes déficits e se endividar muito, pois isto leva, ao longo do tempo, a uma situação negativa para a população.

Entendo que é esse equilíbrio que o Estado de Sergipe tem tentado alcançar.

Além disso, na análise desse período verifica-se que houve um crescimento da execução orçamentária significativo e constante, sempre acima do crescimento do PIB Estadual.

O Estado também tem buscado fontes alternativas de receitas, dentre as quais destaca-se uma maior atenção para a área de turismo, na qual entendo que o potencial a ser desenvolvido é significativo.

Como aspecto negativo, destaco a acentuada diminuição da capacidade de gerar poupança líquida, que acompanhou o período em que o Estado aumentou de forma significativa seus investimentos, sendo que estes passaram a se calcar, preponderantemente, em empréstimos.

Esta situação se deve, de forma acentuada, em função do elevado crescimento das “Outras Despesas de Custeio”, tanto que na avaliação do Programa de Ajuste Fiscal, uma das metas importantes exigidas pela STN é exatamente a diminuição desses gastos, o que, somado a alguma economia das despesas de pessoal, que também tem sido buscada, deverá melhorar esse indicador novamente.

Como já destaquei acima, o nível de endividamento ainda é bastante baixo – em torno da metade da meta fixada no Programa de Ajuste fiscal – e em torno de 25% do limite fixado pelo Senado Federal, razão pela qual entendo que a busca de mais recursos de financiamento é salutar para o Estado, por um bom tempo ainda.

Por fim, analisando os quadros que trazem a projeção orçamentária e financeira para os próximos 10 anos – **ANEXOS V e VI** - o que se vislumbra é a continuidade – ou até a melhoria – da condição estável apresentada atualmente pelo Estado, evidentemente que mantidas as premissas básicas até aqui observadas. Relembro que essa projeção foi efetuada de forma bastante conservadora, com o intuito de preservar uma margem de segurança.

*Diante disso, entendo que o Estado de Sergipe tem condições financeiras tanto para alocar a contrapartida necessária durante o período de execução do **Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe (PRODETUR NACIONAL SE)**, quanto para efetuar o pagamento do empréstimo sem maiores dificuldades.*

ANEXO I

ANEXO I

Governo do Estado de SERGIPE

Demonstração da Execução Orçamentária, da Poupança Corrente, da Poupança Líquida, e do Resultado Primário - 2007 a 2011

PREÇOS CORRENTES

R\$ mil

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
1-Receitas Correntes	3,627,774	4,386,302	4,534,426	5,406,223	6,085,793
Receitas Tributárias	1,266,165	1,392,752	1,498,621	1,861,362	2,103,529
Impostos	1,251,652	1,374,295	1,478,569	1,839,284	2,076,492
Taxas	14,513	18,457	20,052	22,078	27,037
Outros					
Receita Patrimonial	32,604	92,177	82,488	93,166	96,471
Receitas Financeiras	29,396	81,826	64,466	73,687	41,050
Outras	3,208	10,351	18,022	19,479	55,421
Receitas de Contribuições	216,844	243,904	291,902	359,570	355,676
Transferências Correntes	1,746,665	2,190,317	2,206,498	2,511,590	2,899,630
Outras Receitas	149,646	200,510	172,807	210,785	158,528
Receitas Intra-orçamentárias	215,850	266,642	282,110	369,750	471,959
2-Despesas Correntes	3,153,275	3,786,054	4,400,384	5,288,792	5,968,523
Pessoal e Encargos	2,069,117	2,412,266	2,858,493	3,417,518	2,855,675
Juros e Encargos da Dívida	90,430	78,843	77,613	101,375	119,830
Outras Despesas de Custeio	602,436	846,526	986,559	1,163,447	2,420,114
Transferências a Municípios	391,292	448,419	477,719	606,452	572,904
3-Poupança corrente (1-2)	474,499	600,248	134,042	117,431	117,270
4-Serviço da Dívida	126,104	136,542	121,255	112,325	163,906
Amortizações da Dívida	126,104	136,542	121,255	112,325	163,906
5-Poupança Líquida (3-4)	348,395	463,706	12,787	5,106	(46,636)
6-Despesas de Capital	150,693	346,432	421,751	597,727	475,447
Investimentos	135,255	241,969	257,485	501,271	422,190
Inversões financeiras	15,438	104,463	164,266	96,456	53,257
Aq. De Tits. De Capital Integralizado					
Concessão de Empréstimos					
Demais	15,438	104,463	164,266	96,456	53,257
Transferência de Capital					
7-Receitas de Capital	58,271	158,868	278,878	542,417	533,661
Operações de crédito			170,862	409,318	377,385
Alienação de Bens	1,131	798	537	504	1,871
Amortização de Empréstimos					
Outras receitas de Capital	57,140	158,070	107,479	132,595	154,405
8-Superavit/deficit orçamentário(5-6+7)	255,973	276,142	(130,086)	(50,204)	11,578
Resultado Primário	441,980	408,903	(167,083)	(320,013)	(124,992)

ANEXO II

ANEXO II

Governo do Estado de SERGIPE

Demonstração da Execução Orçamentária, da Poupança Corrente, da Poupança Líquida, e do Resultado Primário - 2007 a 2011

PREÇOS CONSTANTES (2011)

R\$ mil

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
1-Receitas Correntes	4,781,043	5,197,329	5,278,072	5,960,361	6,182,557
Receitas Tributárias	1,668,679	1,650,272	1,744,395	2,052,152	2,136,975
Impostos	1,649,552	1,628,402	1,721,054	2,027,811	2,109,508
Taxas	19,127	21,870	23,341	24,341	27,467
Outros	0	0	0	0	0
Receita Patrimonial	42,969	109,221	96,016	102,716	98,005
Receitas Financeiras	38,741	96,956	75,038	81,240	41,703
Outras	4,228	12,265	20,978	21,476	56,302
Receitas de Contribuições	285,779	289,002	339,774	396,426	361,331
Transferências Correntes	2,301,930	2,595,307	2,568,364	2,769,028	2,945,734
Outras Receitas	197,218	237,584	201,147	232,390	161,049
Receitas Intra-orçamentárias	284,469	315,944	328,376	407,649	479,463
2-Despesas Correntes	4,155,701	4,486,095	5,122,047	5,830,893	6,063,423
Pessoal e Encargos	2,726,889	2,858,294	3,327,286	3,767,814	2,901,080
Juros e Encargos da Dívida	119,178	93,421	90,342	111,766	121,735
Outras Despesas de Custeio	793,950	1,003,049	1,148,355	1,282,700	2,458,594
Transferências a Municípios	515,684	531,332	556,065	668,613	582,013
3-Poupança corrente (1-2)	625,342	711,234	156,025	129,468	119,135
4-Serviço da Dívida	166,192	161,789	141,141	123,838	166,512
Amortizações da Dívida	166,192	161,789	141,141	123,838	166,512
5-Poupança Líquida (3-4)	459,150	549,445	14,884	5,629	(47,378)
6-Despesas de Capital	198,598	410,487	490,918	658,994	483,007
Investimentos	178,253	286,709	299,713	552,651	428,903
Inversões financeiras	20,346	123,778	191,206	106,343	54,104
Aq. De Tits. De Capital Integralizado	0	0	0	0	0
Concessão de Empréstimos	0	0	0	0	0
Demais	20,346	123,778	191,206	106,343	54,104
Transferência de Capital	0	0	0	0	0
7-Receitas de Capital	76,795	188,243	324,614	598,015	542,146
Operações de crédito	0	0	198,883	451,273	383,385
Alienação de bens	1,491	946	625	556	1,901
Amortização de Empréstimos	0	0	0	0	0
Outras receitas de Capital	75,305	187,297	125,106	146,186	156,860
8-Superavit/deficit orçamentário(5-6+7)	337,347	327,201	(151,420)	(55,350)	11,762
Resultado Primário	582,485	484,509	(194,485)	(352,814)	(126,979)
IGP-DI médio utilizado:	1.3179	1.1849	1.164	1.1025	1.0159

ANEXO III

ANEXO III

Governo do Estado de SERGIPE

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - 2007 a 2011

PREÇOS CORRENTES

R\$ mil

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
ATIVO FINANCEIRO	525,907	782,667	608,966	570,135	704,216
DISPONÍVEL	452,900	766,547	574,807	496,772	565,931
Bancos - Conta movimento	320,959	501,685	341,832	229,775	561,617
Bancos - Conta Vinculada	129,598	264,862	232,975	266,997	72
Aplicações Financeiras	2,343				4,242
REALIZÁVEL	73,007	16,120	34,159	73,363	138,285
Diversos créditos	73,007	16,120	6,164	21,088	38,647
Investimentos em Renda Fixa			27,995	52,275	86,236
Investimentos em Imóveis					13,402
ATIVO PERMANENTE	1,833,585	1,890,071	2,113,736	2,438,372	2,811,470
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	0	0	0	0	183,992
Empréstimos e Financiamentos					183,992
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	57,636	74,129	50,265	78,135	69,788
Estoques	57,636	74,129	50,265	78,135	48,781
Títulos e Valores					21,007
DEPOSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0	0	0	0	5,130
Empréstimo Compulsório					5,130
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	225,642	53,420	27,333	53,192	95,177
Dívida Ativa - Provisão para Perdas	41,172	45,213	20,988	46,648	58,903
Outros Créditos	184,470	8,207	6,345	6,544	36,274
INVESTIMENTOS	998,873	1,175,777	1,315,801	1,421,798	1,225,226
Participação Societária	998,873	1,175,777	1,315,801	1,421,798	1,225,226
IMOBILIZADO	551,434	586,745	720,337	885,247	1,232,157
Bens Móveis e Imóveis	594,176	608,338	741,930	906,840	1,299,884
Bens Intangíveis					1,959
Depreciações, Amortizações e Exaustões	(42,742)	(21,593)	(21,593)	(21,593)	(69,686)
DIFERIDO					
ATIVO TOTAL	2,359,492	2,672,738	2,722,702	3,008,507	3,515,686
PASSIVO FINANCEIRO	72,000	110,570	58,784	52,359	160,632
DEPÓSITOS	27,160	27,302	4,070	4,417	46,385
Consignações	156	161	117	116	28,688
Depósitos de Diversas Origens	27,004	27,141	3,953	4,301	17,697
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	44,655	81,228	49,827	47,942	72,431
Restos a Pagar Processados	13,368	19,974	26,152	27,798	21,278
Restos a Pagar Não Processados	31,287	61,254	23,675	20,144	51,153
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	185	2,040	4,887	0	41,816
Pessoal a Pagar					6,017
Outras Obrigações	185	2,040	4,887		35,799
PASSIVO PERMANENTE	1,753,257	1,481,882	1,572,699	2,031,367	2,797,840
OUTRAS DÍVIDAS	199,659	194,808	254,826	323,260	565,861
Provisões					30,136
Financiamentos e Refinanciamentos	110,635	61,894	41,494	31,591	94,138
Precatórios Judiciais	89,024	132,914	213,332	291,669	432,748
Outras Obrigações					8,839
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1,553,598	1,287,074	1,317,873	1,708,107	2,231,979
Operações de Crédito - Interna	1,489,844	1,219,597	1,276,700	1,672,723	2,192,885
Operações de Crédito - Externa	63,749	67,477	41,173	35,384	39,094
Obrigações Legais e Tributárias					
Outras Obrigações a Pagar	5				
PASSIVO TOTAL	1,825,257	1,592,452	1,631,483	2,083,726	2,958,472
SALDO PATRIMONIAL	534,235	1,080,286	1,091,219	924,781	557,214

ANEXO IV

ANEXO IV

Governo do Estado de SERGIPE
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - 2007 a 2011
PREÇOS CONSTANTES (2011)

R\$ mil

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011
ATIVO FINANCEIRO	693,093	927,382	708,836	628,574	715,413
DISPONÍVEL	596,877	908,282	669,075	547,691	574,929
Bancos - Conta movimento	422,992	594,447	397,892	253,327	570,547
Bancos - Conta Vinculada	170,797	313,835	271,183	294,364	73
Aplicações Financeiras	3,088	0	0	0	4,309
REALIZÁVEL	96,216	19,101	39,761	80,883	140,484
Diversos créditos	96,216	19,101	7,175	23,250	39,261
Investimentos em Renda Fixa	0	0	32,586	57,633	87,607
Investimentos em Imóveis	0	0	0	0	13,615
ATIVO PERMANENTE	2,416,482	2,239,545	2,460,389	2,688,305	2,856,172
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	0	0	0	0	186,917
Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	0	186,917
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	75,958	87,835	58,508	86,144	70,898
Estoques	75,958	87,835	58,508	86,144	49,557
Títulos e Valores	0	0	0	0	21,341
DEPOSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0	0	0	0	5,212
Empréstimo Compulsório	0	0	0	0	5,212
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	297,374	63,297	31,816	58,644	96,690
Dívida Ativa - Provisão para Perdas	54,261	53,573	24,430	51,429	59,840
Outros Créditos	243,113	9,724	7,386	7,215	36,851
INVESTIMENTOS	1,316,415	1,393,178	1,531,592	1,567,532	1,244,707
Participação Societária	1,316,415	1,393,178	1,531,592	1,567,532	1,244,707
IMOBILIZADO	726,735	695,234	838,472	975,985	1,251,748
Bens Móveis e Imóveis	783,065	720,820	863,607	999,791	1,320,552
Bens Intangíveis	0	0	0	0	1,990
Depreciações, Amortizações e Exaustões	(56,330)	(25,586)	(25,134)	(23,806)	(70,794)
DIFERIDO	0	0	0	0	0
ATIVO TOTAL	3,109,575	3,166,927	3,169,225	3,316,879	3,571,585
PASSIVO FINANCEIRO	94,889	131,014	68,425	57,726	163,186
DEPÓSITOS	35,794	32,350	4,737	4,870	47,123
Consignações	206	191	136	128	29,144
Depósitos de Diversas Origens	35,589	32,159	4,601	4,742	17,978
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	58,851	96,247	57,999	52,856	73,583
Restos a Pagar Processados	17,618	23,667	30,441	30,647	21,616
Restos a Pagar Não Processados	41,233	72,580	27,558	22,209	51,966
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	244	2,417	5,688	0	42,481
Pessoal a Pagar	0	0	0	0	6,113
Outras Obrigações	244	2,417	5,688	0	36,368
PASSIVO PERMANENTE	2,310,617	1,755,882	1,830,622	2,239,582	2,842,326
OUTRAS DIVIDAS	263,131	230,828	296,617	356,394	574,858
Provisões	0	0	0	0	30,615
Financiamentos e Refinanciamentos	145,806	73,338	48,299	34,829	95,635
Precatórios Judiciais	117,325	157,490	248,318	321,565	439,629
Outras Obrigações	0	0	0	0	8,980
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	2,047,487	1,525,054	1,534,004	1,883,188	2,267,467
Operações de Crédito - Interna	1,963,465	1,445,100	1,486,079	1,844,177	2,227,752
Operações de Crédito - Externa	84,015	79,953	47,925	39,011	39,716
Obrigações Legais e Tributárias	0	0	0	0	0
Outras Obrigações a Pagar	7	0	0	0	0
PASSIVO TOTAL	2,405,506	1,886,896	1,899,046	2,297,308	3,005,512
SALDO PATRIMONIAL	704,068	1,280,031	1,270,179	1,019,571	566,074
IGP-DI médio utilizado:	1.3179	1.1849	1.164	1.1025	1.0159

ANEXO V

ANEXO V

Governo do Estado de SERGIPE Projeção das Receitas, das Despesas, da Poupança Corrente, da Poupança Líquida e do Resultado Primário 2012 a 2021

ALTERNATIVA : SEM O FINANCIAMENTO DO BID

R\$ mil

Discriminação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1-Receitas Correntes	6,432,317	6,814,505	7,230,190	7,606,160	8,009,286	8,369,704	8,687,753	9,165,579	9,651,355	10,249,739
Receitas Tributárias	1,748,889	1,908,982	2,025,430	2,130,752	2,243,682	2,344,648	2,433,744	2,567,600	2,703,683	2,871,312
Impostos	1,722,051	1,877,600	1,992,134	2,095,725	2,206,798	2,306,104	2,393,736	2,525,391	2,659,237	2,824,110
Taxas	26,838	31,382	33,296	35,028	36,884	38,544	40,009	42,209	44,446	47,202
Outros				0	0	0	0	0	0	0
Receita Patrimonial	100,925	118,502	125,731	132,269	139,279	145,546	151,077	159,386	167,834	178,240
Receitas Financeiras	86,635	53,160	56,403	59,336	62,480	65,292	67,773	71,501	75,290	79,958
Outras	14,290	65,342	69,328	72,933	76,798	80,254	83,304	87,886	92,544	98,281
Receitas de Contribuições	393,937	430,090	456,325	480,054	505,497	528,245	548,318	578,475	609,135	646,901
Transferências Correntes	3,468,012	3,581,266	3,799,723	3,997,309	4,209,166	4,398,579	4,565,725	4,816,840	5,072,132	5,386,604
Outras Receitas	158,406	165,626	175,729	184,867	194,665	203,425	211,155	222,769	234,575	249,119
Receitas Intra-orçamentárias	562,148	610,039	647,251	680,908	716,997	749,261	777,733	820,509	863,996	917,563
2-Despesas Correntes	6,164,766	6,397,726	6,787,987	7,140,963	7,519,434	7,876,620	8,175,932	8,625,608	9,082,765	9,645,897
Pessoal e Encargos	4,159,456	4,439,488	4,710,297	4,955,232	5,217,860	5,452,663	5,659,864	5,971,157	6,287,628	6,677,461
Juros e Encargos da Dívida	133,007	118,483	125,710	132,247	139,257	145,523	151,053	159,361	167,807	178,211
PRODETUR SERGIPE										
Demais Operações	133,007	118,483	125,710	132,247	139,257	145,523	151,053	159,361	167,807	178,211
Outras Despesas de Custeio	1,872,303	1,839,755	1,951,980	2,053,483	2,162,318	2,278,434	2,365,015	2,495,090	2,627,330	2,790,225
3-Poupança corrente (1-2)	267,551	416,779	442,203	465,197	489,852	493,084	511,821	539,971	568,589	603,842
4-Serviço da Dívida	194,527	185,105	196,396	206,609	217,559	227,349	235,989	248,968	262,163	278,418
Amortizações da Dívida	194,527	185,105	196,396	206,609	217,559	227,349	235,989	248,968	262,163	278,418
PRODETUR SERGIPE										
Demais Operações	194,527	185,105	196,396	206,609	217,559	227,349	235,989	248,968	262,163	278,418
5-Poupança Líquida (3-4)	73,024	231,674	245,806	258,588	272,293	265,734	275,832	291,003	306,426	325,424
6-Despesas de Capital	896,580	917,808	947,718	815,127	877,585	916,834	883,685	932,288	981,699	1,042,565
Investimentos	826,663	823,711	847,881	710,099	766,990	801,262	763,722	805,727	848,430	901,033
PRODETUR SERGIPE	0	14,425	18,270	36,278	57,493	61,114	0	0	0	0
Financiamento do BID										
Contrapartida do Estado		14,425	18,270	36,278	57,493	61,114				
Demais Investimentos	826,663	809,286	829,611	673,821	709,497	740,148	763,722	805,727	848,430	901,033
Inversões financeiras	69,917	94,097	99,837	105,028	110,595	115,572	119,963	126,561	133,269	141,532
Aq. De Tít. De Capital Integralizado										
Concessão de Empréstimos					0	0	0	0	0	0
Demais	69,917	94,097	99,837	105,028	110,595	115,572	119,963	126,561	133,269	141,532
Transferência de Capital					0	0	0	0	0	0
7-Receitas de Capital	849,556	804,024	853,069	697,429	730,059	762,911	791,902	835,456	879,736	934,279
Operações de crédito	564,626	580,166	615,556	447,565	431,886	451,321	468,471	494,237	520,432	552,698
PRODETUR SERGIPE										
Demais Operações	564,626	580,166	615,556	447,565	431,886	451,321	468,471	494,237	520,432	552,698
Alienação de Bens	9,980	6,716	7,126	7,496	7,894	8,249	8,562	9,033	9,512	10,102
Amortização de Empréstimos					0	0	0	0	0	0
Outras receitas de Capital	274,950	217,142	230,388	242,368	290,279	303,342	314,869	332,186	349,792	371,479
8-Superavit/deficit orçamentário(5-6+7)	26,000	117,890	151,158	140,890	124,767	111,812	184,048	194,171	204,462	217,139
Resultado Primário	(307,707)	(218,564)	(205,820)	(34,651)	(20,677)	(40,178)	26,284	27,729	29,199	31,009
PIB DO ESTADO - %	4.80	3.60	6.10	5.20	5.30	4.50	3.80	5.50	5.30	6.20

ANEXO VI

ANEXO VI

Governo do Estado de SERGIPE

Projeção das Receitas, das Despesas, da Poupança Corrente, da Poupança Líquida e do Resultado Primário 2012 a 2021

ALTERNATIVA : COM O FINANCIAMENTO DO BID

	R\$ mil									
Discriminação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1-Receitas Correntes	6,432,317	6,814,505	7,230,190	7,606,160	8,009,286	8,369,704	8,687,753	9,165,579	9,651,355	10,249,739
Receitas Tributárias	1,748,889	1,908,982	2,025,430	2,130,752	2,243,682	2,344,648	2,433,744	2,567,600	2,703,683	2,871,312
Impostos	1,722,051	1,877,600	1,992,134	2,095,725	2,206,798	2,306,104	2,393,736	2,525,391	2,659,237	2,824,110
Taxas	26,838	31,382	33,296	35,028	36,884	38,544	40,009	42,209	44,446	47,202
Outros				0	0	0	0	0	0	0
Receita Patrimonial	100,925	118,502	125,731	132,269	139,279	145,546	151,077	159,386	167,834	178,240
Receitas Financeiras	86,635	53,160	56,403	59,336	62,480	65,292	67,773	71,501	75,290	79,958
Outras	14,290	65,342	69,328	72,933	76,798	80,254	83,304	87,886	92,544	98,281
Receitas de Contribuições	393,937	430,090	456,325	480,054	505,497	528,245	548,318	578,475	609,135	646,901
Transferências Correntes	3,468,012	3,581,266	3,799,723	3,997,309	4,209,166	4,398,579	4,565,725	4,816,840	5,072,132	5,386,604
Outras Receitas	158,406	165,626	175,729	184,867	194,665	203,425	211,155	222,769	234,575	249,119
Receitas Intra-orçamentárias	562,148	610,039	647,251	680,908	716,997	749,261	777,733	820,509	863,996	917,563
2-Despesas Correntes	6,164,766	6,397,726	6,787,987	7,140,963	7,519,434	7,876,620	8,175,932	8,625,608	9,082,765	9,645,897
Pessoal e Encargos	4,159,456	4,439,488	4,710,297	4,955,232	5,217,860	5,452,663	5,659,864	5,971,157	6,287,628	6,677,461
Juros e Encargos da Dívida	133,007	118,483	125,710	132,247	139,257	145,523	151,053	159,361	167,807	178,211
PRODETUR SERGIPE										
Demais Operações	133,007	118,483	125,710	132,247	139,257	145,523	151,053	159,361	167,807	178,211
Outras Despesas de Custeio	1,872,303	1,839,755	1,951,980	2,053,483	2,162,318	2,278,434	2,365,015	2,495,090	2,627,330	2,790,225
3-Poupança corrente (1-2)	267,551	416,779	442,203	465,197	489,852	493,084	511,821	539,971	568,589	603,842
4-Serviço da Dívida	194,527	185,105	196,396	206,609	217,559	227,349	235,989	248,968	262,163	278,418
Amortizações da Dívida	194,527	185,105	196,396	206,609	217,559	227,349	235,989	248,968	262,163	278,418
PRODETUR SERGIPE										
Demais Operações	194,527	185,105	196,396	206,609	217,559	227,349	235,989	248,968	262,163	278,418
5-Poupança Líquida (3-4)	73,024	231,674	245,806	258,588	272,293	265,734	275,832	291,003	306,426	325,424
6-Despesas de Capital	896,580	917,808	947,718	815,127	877,585	916,834	883,685	932,288	981,699	1,042,565
Investimentos	826,663	823,711	847,881	710,099	766,990	801,262	763,722	805,727	848,430	901,033
PRODETUR SERGIPE	0	14,425	18,270	36,278	57,493	61,114	0	0	0	0
Financiamento do BID		6,303	16,507	29,806	34,984	24,948				
Contrapartida do Estado		8,122	1,763	6,472	22,509	36,166				
Demais Investimentos	826,663	809,286	829,611	673,821	709,497	740,148	763,722	805,727	848,430	901,033
Inversões financeiras	69,917	94,097	99,837	105,028	110,595	115,572	119,963	126,561	133,269	141,532
Aq. De Tít. De Capital Integralizado										
Concessão de Empréstimos					0	0	0	0	0	0
Demais	69,917	94,097	99,837	105,028	110,595	115,572	119,963	126,561	133,269	141,532
Transferência de Capital					0	0	0	0	0	0
7-Receitas de Capital	849,556	804,024	853,069	697,429	730,059	762,911	791,902	835,456	879,736	934,279
Operações de crédito	564,626	580,166	615,556	447,565	431,886	451,321	468,471	494,237	520,432	552,698
PRODETUR SERGIPE										
Demais Operações	564,626	580,166	615,556	447,565	431,886	451,321	468,471	494,237	520,432	552,698
Alienação de Bens	9,980	6,716	7,126	7,496	7,894	8,249	8,562	9,033	9,512	10,102
Amortização de Empréstimos					0	0	0	0	0	0
Outras receitas de Capital	274,950	217,142	230,388	242,368	290,279	303,342	314,869	332,186	349,792	371,479
8-Superavit/déficit orçamentário(5-6+7)	26,000	117,890	151,158	140,890	124,767	111,812	184,048	194,171	204,462	217,139
Resultado Primário	(307,707)	(218,564)	(205,820)	(34,651)	(20,677)	(40,178)	26,284	27,729	29,199	31,009
PIB DO ESTADO - %	4.80	3.60	6.10	5.20	5.30	4.50	3.80	5.50	5.30	6.20

ANEXO VII

ANEXO VII

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DE AMORTIZAÇÃO DE UM FINANCIAMENTO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID PARA O PROGRAMA DE TURISMO DO ESTADO DE SERGIPE - PRODETUR

Taxa de juros utilizada : 2,5% a.a.

US\$

Ano	Contrapartida	Liberações	Amortizações (A)	Encargos (B)	Total (A + B)
2013	4,330,000	3,360,000		75,000	75,000
2014	940,000	8,800,000		275,100	275,100
2015	3,450,000	15,890,000		512,981	512,981
2016	12,000,000	18,650,000		886,032	886,032
2017	19,280,000	13,300,000		1,275,563	1,275,563
2018			1,500,000	1,500,000	3,000,000
2019			3,000,000	1,443,750	4,443,750
2020			3,000,000	1,368,750	4,368,750
2021			3,000,000	1,293,750	4,293,750
2022			3,000,000	1,218,750	4,218,750
2023			3,000,000	1,143,750	4,143,750
2024			3,000,000	1,068,750	4,068,750
2025			3,000,000	993,750	3,993,750
2026			3,000,000	918,750	3,918,750
2027			3,000,000	843,750	3,843,750
2028			3,000,000	768,750	3,768,750
2029			3,000,000	693,750	3,693,750
2030			3,000,000	618,750	3,618,750
2031			3,000,000	543,750	3,543,750
2032			3,000,000	468,750	3,468,750
2033			3,000,000	393,750	3,393,750
2034			3,000,000	318,750	3,318,750
2035			3,000,000	243,750	3,243,750
2036			3,000,000	168,750	3,168,750
2037			3,000,000	93,750	3,093,750
2038			1,500,000	18,750	1,518,750
Total	40,000,000	60,000,000	60,000,000	19,149,676	79,149,676

ANEXO VIII

ANEXO VIII

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DE AMORTIZAÇÃO DE UM FINANCIAMENTO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID PARA UM PROGRAMA DE TURISMO DO ESTADO DE SERGIPE - PRODETUR

Taxa de juros utilizada : 2,5% a.a.

R\$

Ano	Contrapartida	Liberações	Amortizações (A)	Encargos (B)	Total (A + B)
2013	8,122,214	6,302,688	0	140,685	140,685
2014	1,763,252	16,507,040	0	516,033	516,033
2015	6,471,510	29,806,462	0	962,250	962,250
2016	22,509,600	34,983,670	0	1,662,019	1,662,019
2017	36,165,424	24,948,140	0	2,392,701	2,392,701
2018			2,813,700	2,813,700	5,627,400
2019			5,627,400	2,708,186	8,335,586
2020			5,627,400	2,567,501	8,194,901
2021			5,627,400	2,426,816	8,054,216
2022			5,627,400	2,286,131	7,913,531
2023			5,627,400	2,145,446	7,772,846
2024			5,627,400	2,004,761	7,632,161
2025			5,627,400	1,864,076	7,491,476
2026			5,627,400	1,723,391	7,350,791
2027			5,627,400	1,582,706	7,210,106
2028			5,627,400	1,442,021	7,069,421
2029			5,627,400	1,301,336	6,928,736
2030			5,627,400	1,160,651	6,788,051
2031			5,627,400	1,019,966	6,647,366
2032			5,627,400	879,281	6,506,681
2033			5,627,400	738,596	6,365,996
2034			5,627,400	597,911	6,225,311
2035			5,627,400	457,226	6,084,626
2036			5,627,400	316,541	5,943,941
2037			5,627,400	175,856	5,803,256
2038			2,813,700	35,171	2,848,871
Total	75,032,000	112,548,000	112,548,000	35,920,962	148,468,962

US\$ 1,00 =

R\$ 1.8758

R\$ 1.8758

R\$ 1.8758

R\$ 1.8758

ANEXO IX

ANEXO IX

Ano	Sergipe	Quadrado das taxas	Quadrado da média	Variancia*	desvio padrão**	amplitude***
2003*	2,7	7,29	4,7	1,7189	1,3100	4
2004*	6,6	43,56	4,7	1,7189	1,3100	4
2005*	5,7	32,49	4,7	1,7189	1,3100	4
2006*	4,1	16,81	4,7	1,7189	1,3100	4
2007*	6,2	38,44	4,7	1,7189	1,3100	4
2008*	2,6	6,76	4,7	1,7189	1,3100	4
2009*	4,4	19,36	4,7	1,7189	1,3100	4
2010**	5,8	33,64	4,7	1,7189	1,3100	4
2011**	4,2	17,64	4,7	1,7189	1,3100	4
2012**	4,8	23,04	4,7	1,7189	1,3100	4
2013***	3,8	-	-	-	-	-
2014***	6,1	-	-	-	-	-
2015***	5,2	-	-	-	-	-
2016***	5,3	-	-	-	-	-
2017***	4,5	-	-	-	-	-
2018***	3,8	-	-	-	-	-
2019***	5,5	-	-	-	-	-
2020***	5,3	-	-	-	-	-
2021***	6,2	-	-	-	-	-
2022***	4,7	-	-	-	-	-

* de 2003 a 2009 foi trabalhado com os resultados oficiais do crescimento do PIB sergipano extraídos das Contas Regionais - IBGE

** de 2010 até 2º trimestre de 2012 são as estimativas de crescimento anual do PIB sergipano, calculada pela Econsult, empresa de consultoria especializada em calculo estimado do PIB trimestral, visto que a ultima informações oficial disponível para o PIB dos estados brasileiros é de 2009.

*** de 2013 até 2022 foi feita uma projeção de crescimento do PIB até 2022, analisando o comportamento estatístico das taxas de crescimento da economia sergipana no período de 2003 até 2012, o que nos dá certa segurança para projetar os crescimentos reais da nossa economia para os próximos dez anos. Foram utilizados conceitos de amplitude, ou seja, a diferença entre as maiores e menores taxas no período, a variância e desvios padrão da amostra das taxas de crescimento entre 2003 a 2009, o que mostra o quanto as taxas se dispersaram nesse período, a taxa de crescimento médio do mesmo período, o que permite chegarmos a um termo central e por fim os ciclos econômicos da economia nacional e sergipana analisada a partir do comportamento do PIB no período mencionado.

OBS: É importante que seja levado em conta a falta de rigor e critério oficial das projeções, porém eles não foram calculadas aleatoriamente, por trás dos índices existe um embasamento técnico, mesmo que não oficial.

